

O silêncio da Irmandade de Nossa Senhora dos Desvalidos e o manuscrito revelador: A salvaguarda de um patrimônio documental baiano

The silence of the Irmandade de Nossa Senhora dos Desvalidos and the revealing manuscript: The safeguarding of a documental heritage of Bahia

Alicia Duhá Lose¹
Vanilda Salignac Mazzoni²
Fabiano Cataldo de Azevedo³

Resumo:

A preservação do patrimônio documental no Brasil é um assunto sensível, mas que precisa estar sempre na pauta. Um conjunto grande de acervos vai se perdendo e, com eles, muitas vezes os últimos ou o único registro de uma história. Este artigo dá notícias acerca da Irmandade dos Desvalidos, localizada na Província da Bahia, no século 19, uma instituição fundada por negros libertos e com trabalho de ganho, e o suposto encerramento de suas atividades, buscando ressignificá-la historicamente. As informações foram obtidas a partir da recuperação documental e da transcrição que foram ações decisivas para se contar a história da instituição. Neste estudo, buscamos não apenas narrar os acontecimentos ocorridos e descobertos em dois objetos distintos sobre a Irmandade, mas também mostrar todo o trabalho feito para a recuperação do segundo manuscrito, que traz as informações decisivas e reveladoras sobre suas atividades. Apresenta-se, ainda, a sua descrição material e paleográfica, que compreendem duas outras formas de preservação, pois, uma vez que amplia o acesso ao conteúdo, recupera práticas e personagens, além de favorecer também o processo de educação patrimonial.

Palavras-chave: Irmandade dos Desvalidos. Manuscritos. Documentos históricos. Patrimônio documental.

Abstract:

The preservation of documental heritage in Brazil is a sensitive subject, but it must always be on the agenda. A large set of collections is being lost and, with them, often the last or the only record of a history. This article gives news about the Irmandade dos Desvalidos, located in the Province of Bahia, in the 19th century, an institution founded by freed blacks and with work of gain, its supposed closure of activities, seeking to resignify it historically. The information was obtained from the documental recovery and transcription, which were decisive actions to tell the history of the institution. In this study, we sought not only to narrate the events that occurred and were discovered in two distinct objects about the Fellowship, but also to show all the work done for the recovery of the second manuscript, which brings the decisive and revealing information about the end of its activities. It also presents its material and

¹ Doutora em Letras (UFBA). Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia.
E-mail: alicia.lose@ufba.br

² Doutora em Letras (UFBA). Coordenadora e Pesquisadora do Ateliê de Conservação-Restauração Memória e Arte. E-mail: vanildasalignac@gmail.com

³ Doutor em História (UERJ). Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: barleus@gmail.com

paleographic description, which includes two other forms of preservation, since it broadens access to content, recovers practices and characters, and also favors the process of heritage education.

Keywords: Irmandade dos Desvalidos. Manuscripts. Historical documents. Documental heritage.

1 Introdução

A presença dos negros no Brasil, e em especial na Bahia, conhecida como a “Roma Negra”, por reunir a maior população de negros fora da África, sempre foi controversa, são muitos dados, muitas informações, todas reunidas em teses, dissertações, pesquisas diversas, publicações e, na maioria das vezes, os negros, até o século 19, não estão “contando” suas próprias histórias, elas são “contadas” por alguém, sempre através de um olhar externo. Poucos documentos trazem o testemunho escrito desse povo, visto como analfabeto e autor de um português cuja escrita é caracterizada pejorativamente como “mal dizida”. Neste artigo, mostramos dois documentos autógrafos, parte do patrimônio documental da cidade do Salvador, de um mesmo grupo de negros, livres, trabalhadores e membros de uma Irmandade mutualista (espécie de confraria de auxílio socorrista-financeiro): a Irmandade Devoção de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos, criada na Província da Bahia, em 1832. Mostraremos sua importância, apresentaremos como encontramos os documentos manuscritos, como foi feito o seu tratamento, sua transcrição e como se mostraram reveladores e importantes para a história da inter-relação Brasil-África.

2 Devoção de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos

A confirmação da existência da Irmandade Devoção de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos se deu em virtude do envio de um volume manuscrito, do séc. XIX, em 2017, ao Ateliê Memória e Arte objetivando sua restauração. O manuscrito encadernado tinha como título da capa (produzida muito posterior): “Relíquia da Fundação da Sociedade Protectora dos Desvalidos, Livro de Termos do ano de 1832”.

Todavia, durante a transcrição do documento, percebemos que ele não tratava da fundação da Sociedade Protectora dos Desvalidos (doravante SPD) e nem era um documento diretamente referente a ela, tratava de uma Irmandade da qual alguns pesquisadores davam notícias, sabiam da existência. Esse mesmo documento, inclusive, já fora citado em algumas teses e dissertações. No entanto, já há muitos anos se acreditava não haver mais nenhuma

documentação dessa Irmandade. Ou seja, não haveria mais a comprovação histórica documental de sua existência, nenhuma fonte primária dela própria. Quase todos os pesquisadores que dela tratavam, se baseavam nas informações fornecidas em uma transcrição preparada pelo doutor Klebson Oliveira, da Universidade Federal da Bahia, há cerca de 15 anos. Segundo se informa na tese, ele teria tido acesso ao documento, transcrito e, há época, já recomendava sua restauração em virtude do precário estado de conservação em que se encontrava. Portanto, a “descoberta” de um documento original da própria Irmandade significa mais do que apenas as “notícias” que até então se conheciam.

Este documento manuscrito, que traz registros iniciais bastantes esparsos, não nos informa a data de fundação da Irmandade dos Desvalidos, mas deixa entrever, como se lê no trecho abaixo, que no dia 24 de março de 1833 a instituição já tratava de seu Compromisso (não se sabe se já em vigor ou ainda em elaboração de uma primeira versão) e este estava sendo, em partes, posto em análise e discussão.

Cartas para refformas de Capitulo| e § do
Compromisso, em 1833

Senhores Irmaõs| da Devoção de *Nossa Senhora* da *Solidade* dos *Desvalido*|
Em virtude da Meza do dia 24 de Março| do presente anno cannonico a
Vossas Merces para vir| discutir o nosso Compromisso em algum dos
Capítulos| e § que se offerecer a bem da nossa confraria| sendo porem em
Junta imperterivelmente| no dia 21 de Abril, as 8 horas da manha| na mesma
Capella dos Quinze Misterios. (RELÍQUIA [...], 1832, Fólio 8r)

Lê-se, ainda, que no dia 10 de setembro de 1832, já havendo juiz e mesários, dava-se a posse a um tesoureiro:

Aos dez dias do mez de Se|tembro de mil oitocentos e
trinta e dous pe|rante o Juiz e Mezaríos deu-se todos poderes| ao
nosso Irmaõ Consultor Manoel da *Conceicam|* para exercer de
Thezoureiro té que em o dia da posse| dezesseis do *Corrente*; e com
estes poderes pode| tudo pagar, e cobrar: pois por elle ficamos|
responsavel pois que assinamos na *Bahia* 10| do Setem[br]o de 1832
como Escrevi Luiz *Teixeira* Gomes.

Assignou Manoel Victo Juz Fundador
Luiz *Teixeira* Gomes
Escrivaõ; e Diffinidor
Jozé do Nascimento Por[cu]|rador Geral Definnido[r]
(RELÍQUIA [...], 1832, Fólio 3r)

E, em 29 de março de 1835, é aprovado um (talvez novo, talvez reformulado) Compromisso,

Estanto todos *Corpos* da Devoção Reonidos| Aprovamos prunanamine
Vontades o preze|ente Comprimiço da nossa Devoção, da Santiçi|cima

Verginal Senhora da Sollidade dos Desvalid|os prentencente Chiolos Liver de Cores pretas| Naçidos no Inperio do Barzelio Erecta na Capella| da Nossa Senhora do Ruzario do 15 Misterio Fregezia [...]. (RELÍQUIA [...], 1832, Fólio 18r)

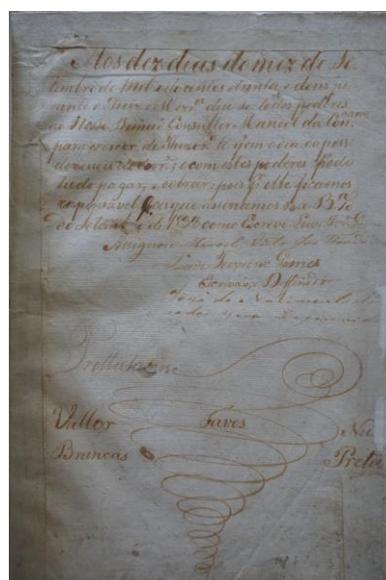
Como dissemos, ao chegar até nós, o documento apresentava uma encadernação grosseira e na qual se indicava equivocadamente o seu conteúdo, portanto, consideramos que essa má indicação foi um golpe de sorte que possibilitou a manutenção desse documento que, justamente por pensarem tratar da fundação da SPD, foi enviado para tratamento.

Imagem 1 – Capa com indicação de assunto inadequado



Fonte: Memória e Arte.

Imagem 2 – Primeiro fólio escrito do documento



Fonte: Memória e Arte.

Após procedermos à leitura do documento e identificarmos corretamente seu conteúdo, a nova encadernação posta depois do processo de restauração recebeu a indicação adequada:

Imagem 3 – Livro restaurado com nova indicação de assunto



Fonte: Memória e Arte.

Imagem 4 – Documento após restauro



Fonte: Memória e Arte.

Durante a leitura do manuscrito, a história da Irmandade foi-se revelando aos poucos. Podemos afirmar que o Juiz fundador foi Manoel Victo Serra, um africano liberto, que se reuniu com 16 amigos objetivando se protegerem em uma Irmandade de amparo mútuo, uma vez que, em geral, as Irmandades existentes na Bahia no século XIX eram formadas por brancos, mulatos e pardos (Irmandades formadas apenas por negros libertos ainda não temos notícias). Por serem eles ex-escravos, precisavam se proteger proibindo a entrada de quem não fosse preto.

Os desvalidos eram sujeitos tipicamente urbanos, que viviam de trabalhos de “ganho” e que se reuniam na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios, na Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, Província da Bahia para as suas atividades.

Entre seus membros da Irmandade havia pedreiros, marceneiros, calafates, carregadores de água, vendedores de toucinho, estivadores, entre outras profissões. Essa Irmandade é reconhecida como a única instituição religiosa leiga composta apenas por negros livres e trabalhadores que tinham como finalidade o amparo aos outros negros desvalidos, a quem se atribui a produção escrita – português popular do século XIX na Bahia. Pierre Verger (1987) confirma a profissão de Manoel Victo Serra dizendo que ele era um “ganhador de canto” da Ladeira da Preguiça.

A Irmandade dos Desvalidos sobrevivia de pagamento de joias mensais – contribuições em dinheiro –, exigidas aos membros. O principal motivo para não se aceitar um candidato a Irmão era exatamente não ter ocupação de ganho (além da exigência de ser negro liberto), pois a necessidade do pagamento mensal era para manutenção da própria instituição e para o cumprimento da sua finalidade que era auxiliar financeiramente arcando com enterros dos irmãos falecidos, auxiliando viúvas e órfãos, bancando aposentadorias e pagando as procissões luxuosas das festas religiosas da Cidade, sempre com muita pompa. É perceptível a seriedade com que se tratavam: a Irmandade dos Desvalidos tinha em seu Compromisso normas rígidas e sanções: eram muitos casos de suspensões, cobranças de multas e expulsões. Serem obedientes às regras, terem conduta honesta e cumprirem suas obrigações financeiras com a instituição os deixavam em situação segura na Irmandade, e dava direito, por exemplo, a alcançar espaço na primeira fileira na sala de reuniões, o que significava *status* aos Irmãos.

Esse citado documento que ajuda a contar a história da Irmandade tem início em 1832 e finaliza em 1847, e embora tenhamos conseguido saber através dele quando e como começou parte da história da Irmandade (e não quando se deu a sua fundação, exatamente), ficamos sem saber até quando ela existiu. Apenas na tese de Leite (2017) é informado que Memória e Informação, v. 4, n. 2, p. 1-26, jul./dez. 2020

houve uma cisão entre os membros da Irmandade por volta do ano de 1848, motivada por posicionamentos em relação ao destino do cofre da instituição (onde se guardavam as joias). Para Leite, esse conflito foi essencial para que entre os anos de 1848 a 1851 houvesse disputas entre “irmãos” e “sócios” no campo jurídico em relação à posse do patrimônio material e simbólico construído ao longo das duas primeiras décadas da Irmandade.

Em 2018, esse documento manuscrito foi inscrito no Prince Claus Foundation e obteve auxílio financeiro para sua restauração. Naquele mesmo ano, uma equipe – formada pela Profa. Dra. Alícia Duhá Lose (UFBA), Prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo (UNIRIO), Profa. Dra. Vanilda Salignac Mazzoni (Memória e Arte) e a historiadora Maria Cláudia Santiago (Fiocruz) – enviou para a seleção do Programa Memória do Mundo da UNESCO-MOW/Brasil e esse documento foi selecionado, recebendo a chancela de proteção enquanto patrimônio histórico.

Entretanto, em 2019, um novo volume manuscrito, não menos importante que o anterior, foi enviado ao Memória e Arte. Nele, detectamos o mesmo problema inicial. A indicação de título feita na capa não condizia exatamente com o conteúdo. Na capa estava escrito “Livro de Termos 1847”.

Iniciada a leitura, logo percebemos que, novamente, trazia decisões da instituição e descrições das reuniões ocorridas na Igreja do Rosário dos Pretos, Pelourinho, onde se reuniam duas Irmandades – a Devoção de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Quinze Misterios. A data indicada na capa – 1847 – não condiz com a data do texto inicial do volume, que é 1837.

Nele veem-se reuniões para a tomada de decisões sobre assuntos específicos que envolviam a Irmandade dos Desvalidos. O documento é original e nele, além de assuntos do cotidiano da instituição, temos o mais importante: o registro da querela envolvendo o cofre da Irmandade, a briga entre os Irmãos e a fundação de uma nova instituição também com função mutualista: a Sociedade Protectora dos Desvalidos, conforme já havia sido descrito por Leite (2017) e Campos (2018).

Por esses motivos, após tratamento e transcrição, esse documento recebeu nova encadernação e novo título: *Livro de Termos de duas instituições, 1837–1849: Irmandade Devoção de Nossa Senhora da Solidade dos Desvalidos e Sociedade Protectora dos Desvalidos*, pois inicia com atas da primeira e termina com atas da segunda.

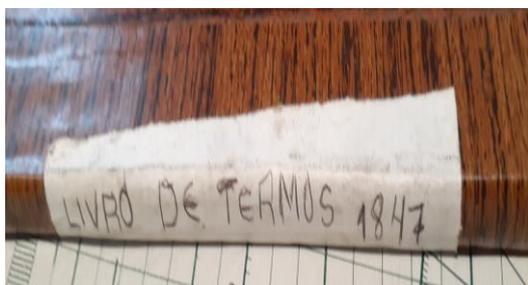
3 Descrição material do manuscrito revelador do destino da irmandade dos desvalidos

Para a descrição desse documento foi necessário recorrer a uma ciência importantíssima para quem estuda acervo manuscrito: a Paleografia, pois, sem o auxílio dela seria impossível compreender o documento, descrevê-lo em sua materialidade e perceber a sua relevância para a história do papel, história social, história da escrita, história política, história cultural, história material e tantas outras.

É um documento bifólio (folha dobrada ao meio), de tamanho 293 mm x 205 mm, 52 fólios (13 bifólios), 49 páginas, todas numeradas à margem direita, no ângulo superior, após a rubrica “Matris”, seguida do número em arábico.

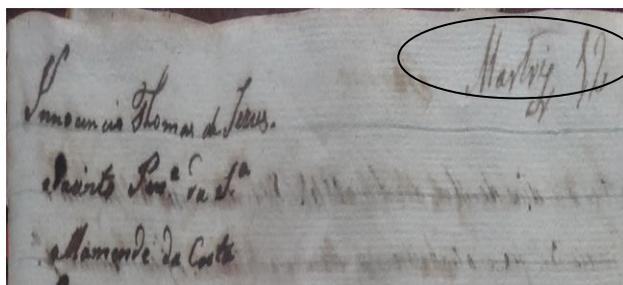
A numeração original do fólio tem início no 3. A capa com a qual o volume chegou a nós era notadamente posterior à produção do texto, feita de papelão e recoberta com papel *contact* imitando madeira; colado à lombada, escrito em caneta esferográfica preta em um pedaço de papel lia-se “Livro de Termos 1847”.

Imagem 5 – Capa do documento



Fonte: Memória e Arte.

Imagem 6 – Assinatura e paginação do fólio



Fonte: Memória e Arte.

Para a produção do texto foram utilizados papéis variados: o fólio 1 aproxima-se de um tipo de papel jornal; o fólio 2 é um tipo mais fino, com marca d'água em formato redondo, meia folha, escrito DOCUMENTO e abaixo dela EXTRA FORTE INDÚSTRIA BRASILEIRA; fólios 3 a 11 é papel pautado; os fólios 12 a 22 sem pauta; fólios 23 e 24 com pauta; fólios 25 a 42 sem pauta; fólio 43 com pauta; fólio 44 sem pauta; fólios 45 a 48 com pauta; fólio 49 sem pauta; fólio 50 com pauta; fólios 51 a 52 sem pauta. Os papéis utilizados, em geral, são de alta gramatura, avergoado, com filigranas⁴: quase todos com a contramarca AL MASSO⁵ e a marca d'água GIOR MAGNANI⁶ e com pontusais (a 25 mm) e vergaturas⁷.

⁴ Filigrana surgiu na Idade Média, século 13, é uma estrutura de qualquer figura formada por finos fios metálicos na antiga produção manual do papel. Nos espaços de menor concentração de fibras surgem as vergaturas, pontusais e em cima dessa estrutura fazia-se a impressão de motivo, a chamada marca d'água, que é observada Memória e Informação, v. 4, n. 2, p. 1-26, jul./dez. 2020

A filigrana é a mesma encontrada nos estudos de Santos (2014, p. 241) – é de origem italiana, da região da Pescia, Itália. O brasão é formado por uma águia de asas abertas, coroada, olhando para a esquerda, em cima de três montes acima de um castelo. Segundo Santos, a representação de três pontes é comum nas filigranas genovesas. Embaixo, o nome do papelero apresentado de forma abreviada: GIOR° MAGNANI⁸.

Imagem 7 – Filigrana sendo montada na teia, onde podemos ver a formação da marca d’água, pontusais e vergaturas



Fonte: www.museodellacarta.com/docs/lacarta/latecnicadellafiligrana.asp (apud OLIVEIRA, 2014, p. 115).

na contraluz. O papel produzido segundo esse processo é designado “papel avergoado” (OLIVEIRA, 2014, p. 114-15).

⁵ AL MASSO indica a qualidade e tipo do papel, e é chamado contramarca (apareceu na Europa no século 16) por estar em folha oposta à marca d’água e é feita da mesma forma, através de tramas. Tudo que estiver do lado contrário à marca, seja ano, nome, local, é contramarca (OLIVEIRA, 2014, p. 216).

⁶ A marca d’água é o registro do fabricante do papel e é importante para registrar o papelero, o local e, às vezes, a data de fabricação, o que confirma a origem, autenticação e a possível qualidade do papel. Para que exista a marca d’água é preciso existir antes a filigrana. Alguns estudiosos consideram filigrana todo esse conjunto ou a própria marca d’água (OLIVEIRA, 2014, p. 114-15). Santos, Sousa e Nunes (2018, p. 113) corroboram com essas constantes dúvidas: “Apesar de nos estudos de referência se utilizar o termo filigrana em substituição de marca de água, como é exemplo o levantamento de marcas de água em *Les filigranes: dictionnaire historique des marques du papier*, o seu significado é diferente, não devendo por isso ser utilizado como sinónimo. Tendo em conta a descrição de produção da folha, a filigrana corresponde exclusivamente à figura aplicada na rede metalizada e dá origem à marca de água na metade direita da folha de papel, no momento da sua produção”.

⁷ “As vergaturas e os pontusais são resultantes, na produção manual de papel, da configuração da teia da forma. Essa, usualmente de cobre, era formada por fios muito próximos, paralelos ao lado maior da forma (trama das vergaturas), e por fios mais distantes, paralelos ao lado menor da forma, chamados pontusais. Deste modo, numa folha de papel avergoado são visíveis as vergaturas, linhas de cor clara, com reduzidos espaços de separação, cruzadas pelos pontusais, linhas que apresentam um maior espaçamento entre si”. (SANTOS, 2014, p. 2)

⁸ A região de Gênova, na Itália, concentrou grande número de papeleros no século XVIII, de onde partiram Giorgio Magnani e parte da sua família para a região da Pescia, na Toscana, em 1760. No ano de 1783, Giorgio Magnani e seu irmão Domenico Magnani deram início à manufatura do papel na região. Giorgio reestruturou e construiu moinhos, empregando um grande capital financeiro, e fazendo fortuna com seu trabalho. O nome Magnani, incluindo posteriormente o de Enrico, se tornou conhecido internacionalmente pela qualidade do papel fabricado, fruto de uma excelente organização administrativa e visão empresarial (SANTOS, 2014).

Imagem 8 – marca d'água do fólio 1



Fonte: Memória e Arte.

Imagem 9 – Contramarca, vergaturas e pontusais



Fonte: Memória e Arte.

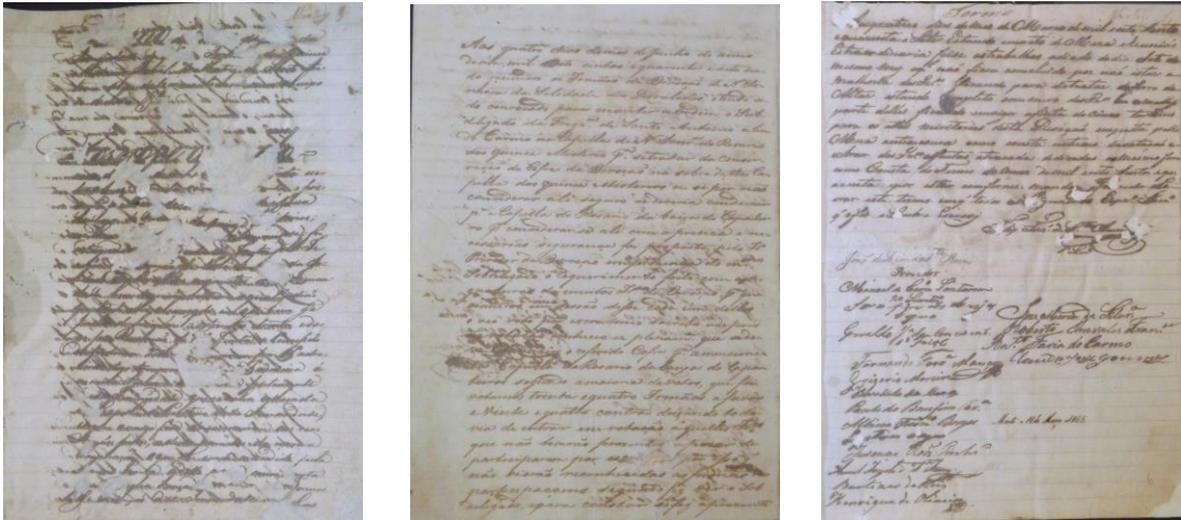
Imagem 10 – Marca d'água



Fonte: Memória e Arte.

É um documento produzido por vários *scriptores*, geralmente, o irmão que estivesse na função de secretário no dia da reunião registrada.

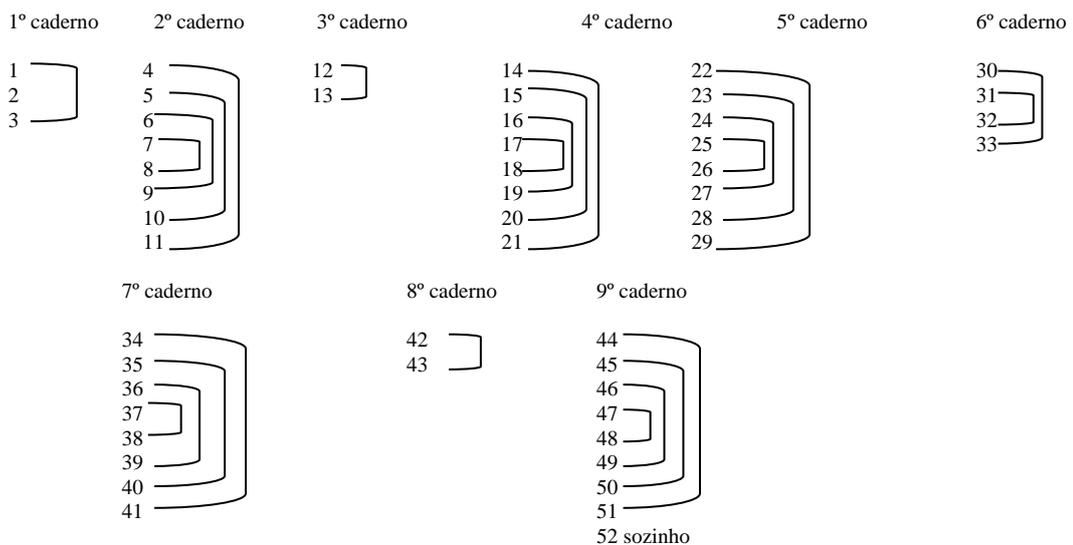
Imagens 11, 12 e 13 – Exemplos de *Scriptores* diferentes



Fonte: Memória e Arte.

Em relação à paginação, como dito anteriormente, a primeira página corresponde ao fôlho 3, conforme numeração inicial, e assim sucessivamente: 4 = 2; 5 = 3; 6 = 4; 7 = 5; 8 = 6; 9 = 7; 10 = 8; 11 = 9; 12 = 10; 13 = 11; 14 = 12; 15 = 13; 16 = 14; 17 = 15; 18 = 16; 19 = 17; 20 = 18; 21 = 19; 22 = 20; 23 = 21; 24 = 22; 25 = 23; 26 = 24; 27 = 25; 28 = 26; 29 = 27; 30 = 28. Do fôlho 31 ao 52 não há escrita, todavia, a numeração continua, antecedida da rubrica Martriz (o sobrenome do secretário) e segue até a página 49.

Os nove cadernos que compõem o volume estão dispostos conforme o mapa a seguir:

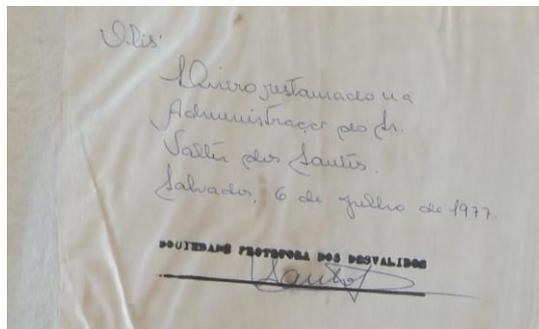


O manuscrito é formado por 27 documentos, o que significa que houve 27 reuniões, ocorridas durante 12 anos, nas seguintes datas: a primeira ocorreu em 09/07/1837, e 10 anos depois ocorreu a segunda – 14/03/1847; posteriormente seguem – 02/05/1847, 06/06/1847, Memória e Informação, v. 4, n. 2, p. 1-26, jul./dez. 2020

12/12/1847, 24/10/1847, 21/11/1847, 05/12/1847, 12/03/1848, 02/04/1848, 09/04/1848, 07/05/1848, 11/05/1848, 21/05/1848, 12/09/1848, 17/09/1848, 21/01/1849, 04/02/1849, 04/03/1849, 22/04/1849, 06/05/1840, ?/05/1849, 16/09/1849, 01/11/1849, 13/11/1849, 18/11/1849, 2?/11/1849.

A escrita tem início no fólho 1r, em uma anotação lançada posteriormente em caneta esferográfica azul e datada de 06/07/1977, que informa que este livro foi sido restaurado na gestão de Valter dos Santos. O fólho 1v está em branco, bem como o 2r e v. Não possui Termo de Abertura.

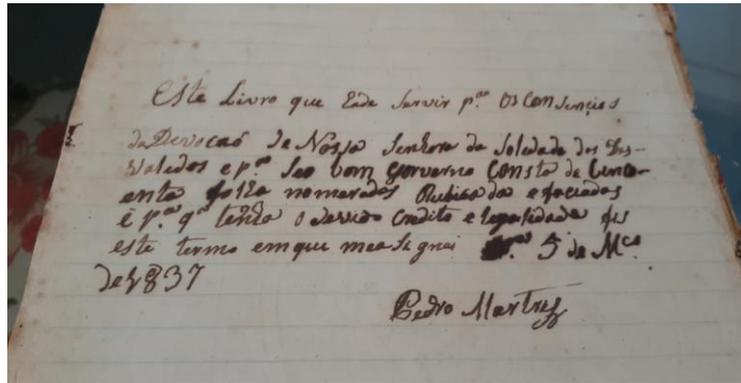
Imagem 14 – Fólho 1r



Fonte: Memória e Arte.

Em relação à mancha escrita, o fólho 3r possui 30 linhas, e o 3v (33 linhas); o fólho 4r (36 linhas) e 4v (27 linhas); já o fólho 5r e v está em branco; o fólho 6r possui 37 linhas, mas o 6v está em branco; o fólho 7r possui 36 linhas e o 7v, 30 linhas; o fólho 8r, 35 linhas, e o 8v possui 28 linhas; o fólho 9r, 35 linhas, e o 9v, 25 linhas; o fólho 10r possui 23 linhas, e o 10v possui 36 linhas; o fólho 11r, 18 linhas, e o 11v possui 36 linhas; o fólho 12r, 19 linhas, e o 12v, 35 linhas; o fólho 13r possui 16 linhas, e o 13v, 34 linhas; o fólho 14r possui 9 linhas, e o 14v, 21 linhas; o fólho 15r, 32 linhas, e o 15 v, 9 linhas; o 16r possui 33 linhas, e o 16v, 31 linhas; o fólho 17r, 33 linhas, e o 17v, 13 linhas; o 18r possui 33 linhas, e o 18v, 37 linhas; o fólho 19r possui 19 linhas, e o 19v, 37 linhas; o fólho 20r, 21 linhas, e o 20v possui 37 linhas; o fólho 21r possui 12 linhas, e o 21v, 39 linhas; o fólho 22r possui 9 linhas, e o 22v, 25 linhas; o fólho 23r possui 25 linhas, e o 23v, 30 linhas; o fólho 24r possui 33 linhas, e o 24v, 36 linhas; o fólho 25r possui 9 linhas, e o 25v, 35 linhas; o fólho 26r possui 36 linhas, e o 26v está em branco; o fólho 27r possui 37 linhas, e o 27v, 7 linhas; o fólho 28r possui 34 linhas, e o 28v, 22 linhas; o fólho 29r e 29v e o fólho 30r possuem 35 linhas cada um; o fólho 30v possui 4 linhas; os fólhos 31r a 52r encontram-se em branco; e o 52v possui 8 linhas e corresponde ao Termo de Encerramento do documento:

Imagem 15 – Termo de Encerramento



Fonte: Memória e Arte.

Este Livro que ha de servir para os Consençios da devoção de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos e para seo bom governo consta de cinquenta folha nomeradas Rubricada e faciadas e para que tenha o devido credito e legalidade fis este termo em que me aSignei Bahia 5 de Marco de 1837

Pedro Martriz

O texto apresenta estrutura documental e *mise en page* regulares, mas cada uma das *scriptae* possuem características bastante peculiares em função dos variados níveis de letramento dos *scriptores*. De modo geral, apresenta uso frequente de abreviaturas correntes no período.

3.1 Diagnóstico do documento manuscrito e seu tratamento

A descrição material prescinde a qualquer procedimento de restauração de um documento. Ambas as ações, ao lado da transcrição paleográfica, corroboram para a preservação e ampliam o acesso a um patrimônio documental que, no caso em questão, tem múltiplas ressonâncias com a história da Bahia.

Como descrito anteriormente, a capa com que o volume chegou era inadequada ao período de produção do documento (provavelmente, a original, deve ter se perdido) e com a restauração feita em 1977 deve ter sido trocada.

O miolo do volume estava completamente comprometido, bastante ácido, costura partida, papel fragilizado, deteriorado, rasgado. O documento já se encontrava bastante danificado enquanto suporte, seja pela ação do tempo, da temperatura, da umidade, dos poluentes, do mau acondicionamento, da ação de papirófagos, seja pelo abandono com que o

acervo se encontrava. Houve, inclusive, perda de suporte e consequente perda de informação. Uma lástima para a história que esse documento representa e do qual é fonte importantíssima.

O texto foi produzido em tinta ferrogálica com muito fixador, e por sua característica metaloácida muitos fólhos apresentavam oxidação da tinta e corrosão da escrita, impossibilitando e comprometendo leitura em vários folios.

As receitas da produção dos variados tipos de tinta metaloácida seguiam uma receita comum, formada por quatro ingredientes básicos: noz de galha, sulfato ferroso, goma arábica como espessante e um meio aquoso. Os taninos presentes na noz de galha reagem com o ferro do sulfato ferroso e depois de seguidas reações de oxidação dão origem a um pigmento escuro que penetra com facilidade no papel, sendo de difícil remoção. Dependendo das condições em que os documentos contendo tintas ferrogálicas estão acondicionados, o processo de envelhecimento natural pode desencadear um processo corrosivo no suporte e causar danos consideráveis e irreversíveis ao papel (SILVA, 2017). Nestes casos, é comum observar perfurações, formação de halos, esmaecimento e migração da tinta. Exatamente o que ocorreu nesse documento.

Imagem 16 – Manuscrito



Fonte: Memória e Arte.

Imagem 17 – Manuscrito

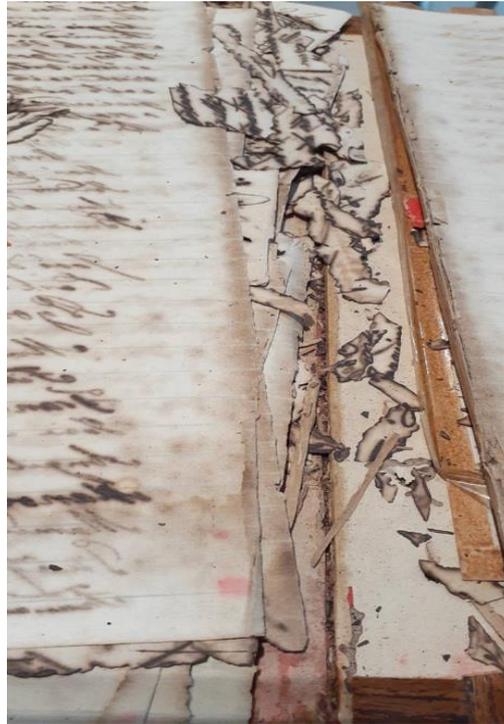
Fonte: Memória e Arte.

Imagem 18 – Manuscrito, pH5 de acidez do papel

Fonte: Memória e Arte.

A restauração de documentos produzidos com tinta metaloácida é o maior desafio na área da conservação, pois há muitos fatores envolvidos nesse procedimento, principalmente pelos processos químicos que ocorrem internamente, fazendo com que eles rapidamente entrem em estado de degradação e fragilidade. A proposta e os métodos de tratamento utilizados para a conservação de documentos ameaçados pela corrosão da tinta ferrogálica são feitos em meio aquoso conhecido com Fitato de Cálcio, que combate o processo de hidrólise ácida da celulose (provocada pelo ácido sulfúrico presente na tinta ferrogálica) e o processo de oxidação da celulose catalisada pelo excesso de íons Fe(II). (VIGINIANO, 2007).

Imagens 19 e 20 – Manuscrito antes do tratamento



Fonte: Memória e Arte.

O tratamento de recuperação foi basicamente o banho de hidróxido de cálcio para limpeza do documento, seguido de banho de fitato de cálcio objetivando a estabilização da tinta metaloácida utilizada e frear a aceleração da degradação da oxidação. Posterior aos banhos, foi iniciada a velatura, utilizando papel japonês maruishi gramatura 9 e a metilcelulose.

Imagem 21 – Manuscrito



Fonte: Memória e Arte.

Imagem 22 – Água do banho de limpeza



Fonte: Memória e Arte.

Imagem 23 – Processo de restauro



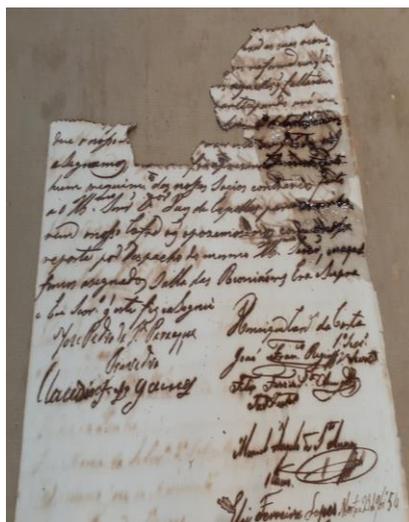
Fonte: Memória e Arte.

Imagem 24 – Processo de restauro



Fonte: Memória e Arte.

Imagens 25 e 26 – Processo de restauro: recursos paleográficos



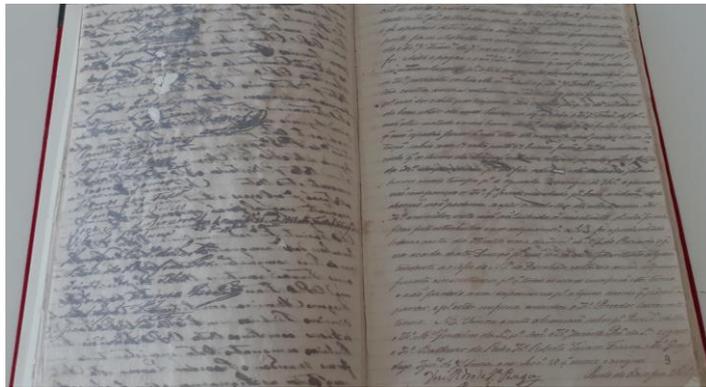
Fonte: Memória e Arte.

Imagem 30 – Manuscrito já recuperado e encadernado



Fonte: Memória e Arte.

Imagem 31– Manuscrito já recuperado e encadernado



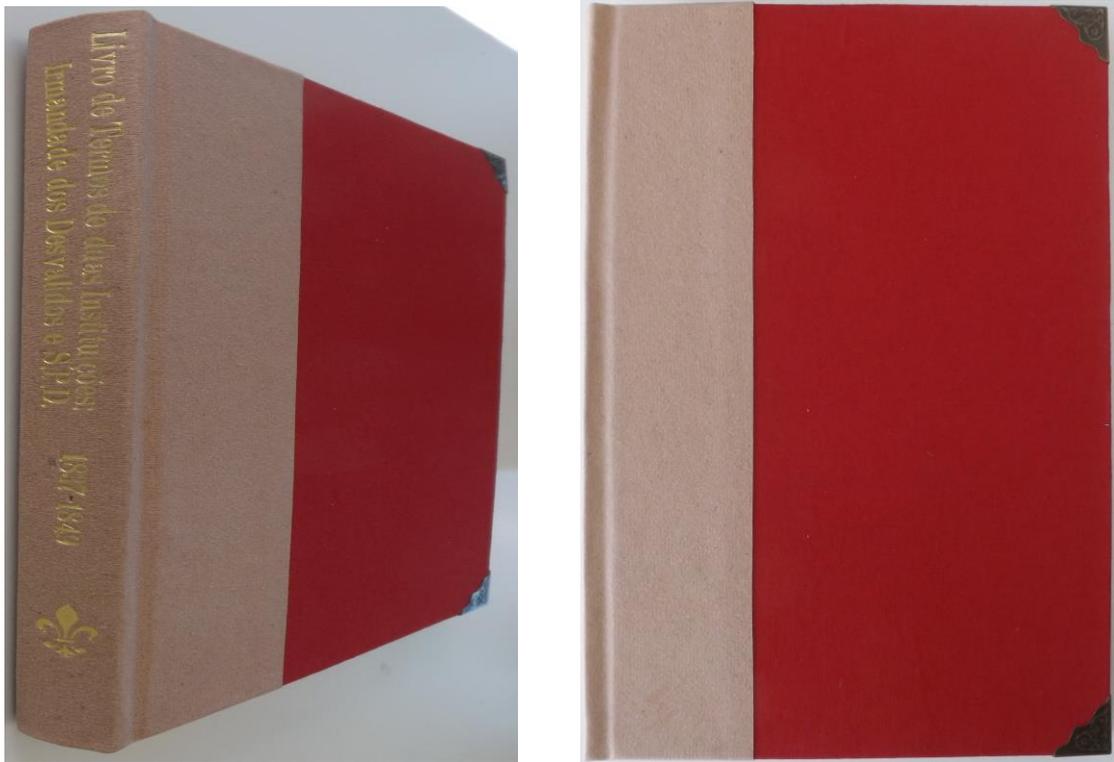
Fonte: Memória e Arte.

Imagem 32– Manuscrito já recuperado e encadernado



Fonte: Memória e Arte.

Imagens 33 e 34 – Manuscrito já recuperado e encadernado



Fonte: Memória e Arte.

Este documento teve sua recuperação, transcrição paleográfica, digitalização e encadernação financiadas pelo Prince Claus Fund, de Amsterdam, Holanda, juntamente com a International Alliance for the Protection of Heritage in Conflict Areas (ALIPH), através da Cultural Emergency Response (CER), no contexto do COVID-19 Relief Fund. Sem o apoio deles não seria possível.

4 A transcrição

Após a realização dos procedimentos de restauração, o volume foi digitalizado, transcrito e editado. Objetivando as características linguísticas peculiares dos textos, o documento recebeu uma edição semidiplomática, conservadora, na qual foram utilizados os seguintes critérios:

- ✓ Os números dos fólios foram indicados entre colchetes na parte superior das páginas de suas respectivas transcrições;
- ✓ A disposição da mancha escrita foi mantida conforme se encontra no original;⁹
- ✓ Foi obedecida a disposição das linhas de texto nos documentos originais;

⁹ Para as citações dos documentos no presente artigo, em virtude da limitação de páginas, usamos barra reta vertical para indicação o interlineamento.

- ✓ As inscrições marginais e posteriores foram lançadas nos seus respectivos lugares conforme aparecem no original;
- ✓ A grafia dos documentos originais foi mantida na íntegra, mesmo nos casos evidentes de lapso do *scriptor*;
- ✓ Considerando a peculiaridade linguística desses documentos, a pontuação foi indicada pelo seu valor fonético e ortográfico e não pelo desenho do traçado (p. ex. Jozê foi transcrito como Jozé);
- ✓ As abreviaturas foram desenvolvidas, sempre que possível sua decodificação, apresentando-se as partes omitidas no original em itálico;
- ✓ As abreviaturas que não puderem ser identificadas foram mantidas conforme se encontram no original;
- ✓ Foram respeitadas as fronteiras entre palavras, separando-se o que está unido no original e unindo-se o que está separado conforme a vigência gramatical atual;
- ✓ Foi utilizado o hífen para indicação de partição silábica, independente do sinal que tenha sido utilizado pelo *scriptor*;
- ✓ *Nomina sacra* foi indicado de forma destacada (DEOS, JESUS) quando assim aparecerem no documento original;
- ✓ Os pronomes clíticos foram mantidos unidos ou separados conforme se encontram no original;
- ✓ Os danos no suporte que impossibilitam a leitura foram indicados como [...];
- ✓ A impossibilidade de leitura por falta de compreensão do escrito foi indicada por [†];
- ✓ A impossibilidade de leitura por falta de compreensão do escrito que foi rasurado foi indicado com o uso de [‡];
- ✓ As leituras feitas a partir de conjecturas foram indicadas entre colchetes [];
- ✓ As assinaturas ou rubricas de impossível decodificação foram assim indicadas: [assinatura ilegível] ou [rubrica ilegível];
- ✓ Os escritos rasurados foram indicados com a(s) palavra(s) tachada(s): ~~rasurado~~;
- ✓ Os escritos na entrelinha superior foram indicados da seguinte forma: [↑palavra];
- ✓ Os fólhos que não apresentarem mancha escrita foram assim indicados: [fólio em branco].

Imagem 35 – Exemplo de página da edição

[3v]

Bahia 16 de Setembro de 1832

Protestamos ser constantes
no deposito das nossas joias entradas
a qual se acha já em coffre, e a onde
deve estar o coffre depositado a Saber =
conjunto ao Coffre dos Rozarios, ou o Coffre,
do Senhor dos Martirios, alias em cazas
particulares. == Decidio-se por maior
votto das favas o Seguinte ~~~~~

Rozario de Santo Antonio a onde estamos conjunto sahio
com dezoito favas pretas e quatorze brancas
~~~~~

Para estar aonde existe o Coffre do Senhor dos Mar-  
tirios sahio com honze pretas, e vinte huma  
branca ~~~~~

Para estar com o Coffre do Rozario das Portas  
do Carmo Sahio com treze pretas; e dezeno-  
ve brancas ~~~~~

Para caza particular, o por [†] quanto Seguintes  
A do Senhor Reverendo Parcho Joaquim Joze de Santa Anna  
Sahio Vinte branca, e honze pretas ~~~~~

Seguiu-se  
por enquanto para  
estar nas  
Cazas Part-  
culares afim  
de o depois

[...] aonde for aprovado, ou que for conveniente ajunta e Meza, foi para a caza do  
Senhor Reverendo Padre Vigerio Joaquim Joze de Santa Anna por ser já noite, e finda os trabalhos  
da Meza.

Fonte: Memória e Arte.

## 5 A história revelada

Como já informado, o título desse segundo documento manuscrito, “Livro de Termos 1847”, não trazia nenhum significado informativo. Percebemos ao ler o documento que ele não era um simples livro de termos, mas sim a confirmação da continuidade de uma Irmandade cuja história já havíamos conseguido “montar” através da recuperação do documento anterior. Nesse segundo documento, encontramos informações sobre o seu destino, o que havia ocorrido com Irmandade. De fato, conforme Leite (2017) e Campos (2018) já haviam dito, na transcrição do volume percebemos que houve entre os irmãos uma votação para deslocamento da Irmandade de uma igreja para outra e essa votação provocou no grupo perdedor grande inconformismo, resultando em uma briga interna que gerou uma cisão na instituição e da divisão foi criada a Sociedade Protectora dos Desvalidos.

E para além dessa informação, no primeiro documento descrito neste artigo, a primeira data informada é de uma reunião realizada em 10/09/1832 (quando ocorre a posse do tesoureiro) e tanto Leite (2017) quanto Campos (2018) indicam como datas de fundação da Irmandade dos Desvalidos o dia 16/09/1832. Temos aí duas questões a refletir: a primeira delas é que em nenhum momento, nesse primeiro documento, é informada de maneira

explícita a data da fundação da Irmandade<sup>10</sup>, então, já desconfiávamos de que existisse um documento anterior a ela devido à forma da escrita; a segunda delas é que essa data indicada por ambos os historiadores – 16 de setembro – é quando ocorre a segunda reunião e no seu registro não se fala em fundação. Portanto, não sabemos ao certo de onde eles tiraram essa informação. O que o documento (Acta de 1832) nos apresenta é esse registro:

*Bahia* 16 de Setembro de 1832

Protestamos ser constantes| no deposito das nossas joias entradas| a qual se acha já em cofre, e a onde| deve estar o cofre depositado a Saber =| conjunto ao Coffre dos Rozarios, ou o Coffre,| do Senhor dos Martirios, alias em cazas| particulares. == Decidio-se por maior| votto das favas o Seguinte~~~~~| Rozario de Santo Antonio a onde estamos conjunto sahio| com dezoito favas pretas e quatorze brancas|~~~~~Para estar aonde existe o Coffre do Senhor dos Mar|tirios sahio com honze pretas, e vinte huma| branca~~~~~| Para estar com o Coffre do Rozario das Portas| do Carmo Sahio com treze pretas; e dezeno|ve brancas~~~~~| Para caza particular, o por [†] quanto Seguintes| A do Senhor Reverendo Parcho Joaquim Joze de Santa Anna| Sahio Vinte branca, e honze pretas~~~~~| (RELÍQUIA [...], 1832, Fólio 3v).

Voltando para o segundo documento, o “Livro de Termos”, o fólio 3r comprova a nossa desconfiança, pois houve uma reunião entre a Irmandade dos Desvalidos e a Irmandade de Nossa Senhora dos Quinse Mistérios em 09/07/1837. Anteriormente, em 01/07/1832, a Irmandade dos Desvalidos havia solicitado através de requerimento utilizar a mesma Padroeira – Senhora da Solidade – da Irmandade dos Quinse Misterios, o que foi autorizada. Portanto, dois meses antes da data indicada pelos pesquisadores como sendo a da fundação da Irmandade dos Desvalidos.

Termo de Resolução da Junta da| Irmandade de Nossa Senhora dos Quinse| Misterios Filiada á Matriz de Santo An|tonio alem do Carmo tomou como abaixo| se declara et *cetera*  
Aos nove dias do| mes de Julho de mil e Oitocentos e trinta e se|te annos; estando reunida a Junta, e pre|sente a Mesa da Irmandade de| Nossa| Senhora do Rosario dos quinze Misterios;| no Consistorio da nossa Irmandade; foi| entregue ao Prezidente da Junta pelos Ir|mãos da Devoção de Nossa Senhora da So|lidade dos Desvalidos conjuntos d’esta Irman|dade hum requerimento no qual pedião| que todo Mez alcançado em o primeiro de| Julho de hum mil oitocentos e trinta e do|es, por Resolução de huã Junta a Comissão| de [...] zellar, tomaram por Padro|eira digo tomaram por sua Padroeira á| mesma Senhora da Solidade pertencente| á esta Irmandade que se acha colocada| na Capella de [...]tina desta Irmandade;| só com [...] ficou de socorrerem aos seos| Irmãos pobres, e desamparados da mesma| Corporação; o que lhe sendo

<sup>10</sup> Diferentemente de outros documentos do mesmo gênero que trazem de forma clara a palavra “fundação” ou “criação” seguida da data para determinar quando iniciaram as atividades, já que isso é uma informação importante para uma instituição, este volume não traz.

concedido pela| mesma Junta a ditta graça como consta| que se acha lançado no Livro dos Termos| de Resolução desta Irmandade [...] (LIVRO DE TERMOS [...], Fólio 3r)

Mas, ainda assim, podemos dizer que a data de fundação da Irmandade dos Desvalidos provavelmente é de 01/07/1832 e não a de dois meses depois do que dizem quase todos os historiadores aqui indicados? Não, não podemos afirmar. Todavia, afirmamos, de acordo com os documentos por nós trabalhados, que a fundação da Irmandade não se deu em 16/09/1832!

Em resumo, este Livro traz as descrições cotidianas da Irmandade dos Desvalidos, e apresenta, a partir do fólio 16v, a razão que culminará no fim da Irmandade: uma briga interna causada pela discussão sobre o local onde deveria ficar o cofre que guardava as joias mensais:

Aos quatro dias do mes de Junho do anno| de úm mil oito centos e quarenta e oito sen|do reunidos os Irmãos da Devoção de Nossa Se|nhora da Solidade dos Disvalidos, e tendo si|do convocado para manter a ordem o Sub|delegado da Freguezia de Santo Antonio alem| do Carmo na Capella de Nossa Senhora do Rosario| dos quinze Misterio para se tratar da conser|vação do Cofre da Devoção na sobredita Ca|pella dos quinze Misterios ou se por não| conciderar ali seguro se deveria conduzir| para a Capella do Rosario da baixa do Çapatei|ro por considerar-se ali com preciza e ne|cessarias segurança foi propôsto pelo Irmão| Provedor da Devoção em prezença do mesmo| Sobdelegado o requerimento feito com a assi|gnaturas de muitos Irmãos da Devoção para que| reunidos em sessão desse cada um delles| o seo voto por escrutinio secreto e depois| da votação conheceo-se plenamente que se de|ve Conduzir o referido Cofre para a menciona|da Capella do Rosario da baixa do Çapa|teiros segundo a maioria de votos, que foi| votarem trinta e quatro Irmãos a favor| e vinte e quatro contra deixando toda|via de entrar em votação aquelles Irmãos| que não tiverão presentes apezar de| participarem por escrito, por isso que| não vierão reconhecidas as firmas das| participaçõens segundo fez ver o Sob|delegado, e para constar se fez a presente [...] (LIVRO DE TERMOS [...], Fólio 16v)

Na sequência do acima narrado, houve uma confusão após a votação entre o grupo vencedor e o perdedor, e o subdelegado foi chamado para “manter a ordem” da reunião, pois o grupo perdedor tornou-se resistente em relação à transferência do cofre. Havia uma grande dúvida entre os historiadores que se debruçaram sobre a história atual Sociedade Protetora dos Desvalidos: a Irmandade dos Desvalidos teria reformulado seu estatuto e se transformado em Sociedade? Porém, segundo Leite (2017, p. 50),

Poder-se-ia pensar que a mudança do cofre era uma questão menor, afinal, segundo o que a historiografia sobre os Desvalidos apresentou até aqui, foi que no ano de 1848 a irmandade, mudando de sede e reformando seu estatuto, “transformou-se” na Sociedade Protetora dos Desvalidos, com endereço exatamente no Rosário da Baixa dos Sapateiros. Ocorre que essa versão não se sustenta nas fontes, porque nem a irmandade se transformou em sociedade, nem o conflito em torno do cofre foi um conflito tópico.

De fato, comprovadamente, a Irmandade dos Desvalidos não se transforma na Sociedade Proctetora dos Desvalidos, o que ocorreu é que os Irmãos do grupo vencedor entraram no Tribunal da Relação pleiteando a divisão de bens para que eles pudessem fundar uma outra instituição. Passa a existir uma contenda judicial entre Irmãos e Sócios. Em 1851, a SPD já se encontrava erigido na Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros e a Irmandade, ainda existente, se manteve na Igreja dos Quinze Mistérios. Como resultado da briga judicial foi determinado que houvesse uma divisão igualitária dos valores contidos no cofre, abatidos todos os custos do imbróglio. No fólio 18v é a última vez que encontramos informações da Irmandade dos Desvalidos neste Livro:

Termo                    Aos Dezesette dias do Mez de Settembro do Anno de| de mil Oito Çento é quarentta é Oitto, nós os Devottos de Nossa| Senhora da Solidade dos Desvalidos Colocada na Igreja do| Rozario dos Quinze Misterio desta Çidade, reunidos em| numero de Çinquentta Soçios na Capela do Rozario da Bai|xa do Sapateiro, para ó efeito de solem-nizar-mos o dia Fes|tivo de nosa de nosa Padroeira de baixo do major accordo de|pois de fazer-mos celebrá á Missa a mesma Senhora na| forma que nos hé recomendado pello Arttigo 19 de nosso Com|promisso, delibera-mos unamimentte *que* o prezente ttermo si la|vra-se para a todo tempo consttar, que não só fôi em| ttoda sua plenitude obecervada ttodas as Ceremonias Rel|ligioza de nossos Costume, mais tão bem que deixou de-|ser Ellegida a nossa Meza como nós cumpria nesse| mesmo dia por determinação do mesmo Compromiso in|conçequencia de si achar á Devoção de alguma maneira de[...]|virgida em huma pequena partte de seus soçios os quais| por mero Caprixo sem huma razão prazivel #ttem, não só inComodado á Devoção com pleitos Ju|diçiaes; mas tão bem| otivado a muittos de nossos Irmãos| serem privados daqueles soccoros *que* lhe são deVidas por| voCazião de suas enfermidades em Vertudes dessa mesma divergençia.| Prostestando-mos entre tanto Ellerg|emos a Nova Meza inMediatamente *que* se conclua os mesmos| pleitos Judiçiaes promovidos por tais socios in ra-zão de pretender-mos fazer efetiva á mudança do| Cofre da mesma Devoção para a mesma Capela do Rozario| da Baixa do Sapateiro onde hoje felismentte nos á|cha-mos ligados. E para consttar tudo quanto assim| fica referido mandou ó Provedôr aCtual la|vrrar o prezente ttermo por mim escripto na qualidade de| Secretario, e por todos os Irmaos prezentes aSignados [...] (LIVRO DE TERMOS [...], Fólio 18v).

A briga foi longa, de 1848 a 1851, e entendemos que o cofre realmente mudou de sede, indo se alocar na Baixa dos Sapateiros, mas foi feita a divisão de bens para que os dois grupos pudessem subsistir enquanto instituições de auxílio mútuo, tendo a Sociedade um novo estatuto. Os sócios elegem nova diretoria e se recusam a se chamarem de Irmãos para não serem associados à Irmandade dos Desvalidos.

Em vertude desta Cartas passoçe a fazer a sua [†] a Eleição dos novos Mezaros para o bom andamento| desta Soçiedade pois *que* nada tem com a sua| Irmandade *que* dizem elles que a fizerão e foi Eleito| para Provedor,

desta Sociedade o Socio Carlos Manoel| Rozena com trinta e hum votos; para Visse Prove|dor João Francisco Reges, com trinta e cinco votos, para Primeiro Secretario Geraldo Joze da Conçeição, com trinta| e cinco, para Segundo Secretario Ignocencio Thomas de Jesus| com trinta e quatro votos, para Thezoreiro Izidio| da Penha Gonzaga com trinta e sête votos para| Primeiro Fiscal Bazilio Gomes, com trinta e, cinco| votos para Segundo Fiscal Mamedio da| Costa com trinta e çêis votos para Primeiro Soli|citador Bernardo Jozé do Nasçimento com trinta e quatro votos| Segundo Soliçitador Francisco Gomes trinta e hum| voto Vizitador Jaçinto Gomes com trinta [...] [...] [votos e] Para a Comição == (LIVRO DE TERMOS [...], Fólio 29v)

Leite (2017, p. 52), enfim, desfaz todo o mistério que envolve a história da Irmandade dos Desvalidos, revelando seu destino:

O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos é confirmado em 19 de dezembro de 1848, portanto seis meses depois de aberto o conflito entre os dois grupos de irmãos. [...] Em testamento escrito no ano de 1857, João Francisco Régis, Ex-Vice Provedor da Irmandade dos Desvalidos, escolhe-a como destinatária de parte do seu patrimônio, o que confirma a sua permanência após a criação da SPD.

## 6 E assim foi...

Parte do patrimônio documental brasileiro tem se perdido ao longo dos anos por falta de políticas públicas, mas também porque sequer chegam a ser reconhecidos como tais. É possível que uma parcela significativa da nossa história ainda esteja silente e em agonia em arquivos. Não preservá-los é deixar perder registros únicos, como o que foi narrado aqui. Por essa razão, há que pensar no impacto disto no futuro. Não apenas o acesso ao patrimônio documental é direito do cidadão, mas também sua salvaguarda.

Recuperando um manuscrito e dando a ele o valor cultural que lhe cabe, disponibilizamos mais uma fonte fidedigna de pesquisa histórica. A recuperação do documento (incluindo sua transcrição) foi árdua, mas nos trouxe um novo fôlego, um novo desafio para a nossa compreensão – não existe fato que não seja comprovado. Os documentos falaram por si e ambos nos mostraram que em qualquer instituição existe disputa e não esqueçamos que a Irmandade dos Desvalidos tem sua existência documentada pelo menos desde 1832, em um período em que a Província da Bahia convivia com muitos conflitos e discórdias políticas. Em seu fim, nos anos 1848, não foi diferente, seus membros resistiram, lutaram contra si, contra seus irmãos de cor, embora vivêssemos uma nova ordem, o Brasil não era mais Colônia de Portugal, ainda estávamos presos politicamente, éramos Império, ainda vivíamos a escravidão.

Imaginamos, “sentimos através dos documentos”, que essa briga interna entre os pares não deve ter sido nada fácil para eles que haviam se unido pela cor da pele e pela religião para se defenderem mutuamente; terem que lutar no interior de uma instituição que era para os protegerem, certamente não era o que eles esperavam. Entre si não eram mais escravos, eram protagonistas de uma experiência vencedora – criar uma Irmandade sem brancos para se defenderem dos brancos. Embora tivessem se dicotomizado, os negros seguiram sua trajetória, divididos, mas unidos em prol, agora, de duas instituições que os representariam – a Irmandade dos Desvalidos e a Sociedade Protectora dos Desvalidos. E assim a história continua...

### Referências

CAMPOS, Lucas Ribeiro. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*. 2018.141f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

LEITE, Douglas Guimarães. “*Mutualistas, graças a Deus*”: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869). 2017. 254f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, George Gleyk Max de. *Estudo do papel e das filigranas e sua ocorrência em manuscritos dos séculos XVIII e XIX na Capitania de Mato Grosso*.2014. 300f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2014.

SANTOS, Maria José Ferreira dos. Marcas de água e historia do papel: a convergência de um estudo. *Cultura* [Online], v. 33, 2014. Disponível em: <http://cultura.revues.org/2334>. Acesso em: 10 abr. 2020

SANTOS, Adriana Batista Ferreira; SOUSA, Maria Beatriz de Castro Nunes Lobato de; NUNES, Maria Helena Lopes dos Reis Oliveira. Levantamento e caracterização de marcas de água no Arquivo Municipal de Lisboa. *Caderno do Arquivo Municipal*, Lisboa, série 2, n. 10, dez. 2018.

SILVA, Valéria Soares e. *Tintas ferrogálicas: contributos para a sua caracterização e estabilização no espólio dos Dembos - caixa 09*. 2017. 76f. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauro – Especialização em documentos Gráficos) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologias, Lisboa, 2017.

VIGIANO, Demilson José Malta. *Estudo de caso de degradação química de papéis ácidos a partir de 1850*. 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Mestrado Em Artes Visuais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, 2007.